



Número: **1048511-21.2026.4.01.3400**

Classe: **AÇÃO CIVIL PÚBLICA**

Órgão julgador: **6ª Vara Federal Cível da SJDF**

Última distribuição : **08/05/2026**

Valor da causa: **R\$ 1.000,00**

Assuntos: **Nulidade de ato administrativo, Leilão, Tarifa**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado		
ABRAENERGIAS ASSOCIACAO BRASILEIRA DOS SINDICATOS E ASSOCIACOES REPRESENTANTES DAS INDUSTRIAS DE ENERGIAS (AUTOR)		ADRIANO SILVA HULAND (ADVOGADO) FERNANDA CRISTINNE ROCHA DE PAULA (ADVOGADO)		
AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETRICA - ANEEL (REU)				
EMPRESA DE PESQUISA ENERGETICA (REU)				
OPERADOR NACIONAL DO SISTEMA ELETRICO ONS (REU)				
UNIÃO FEDERAL (REU)				
MINISTERIO PUBLICO FEDERAL - MPF (FISCAL DA LEI)				
Documentos				
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo	Polo
2257283844	20/05/2026 16:51	<a href="#">Decisão</a>	Decisão	Interno



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
**Seção Judiciária do Distrito Federal**  
6ª Vara Federal Cível da SJDF

**Processo nº** 1048511-21.2026.4.01.3400

**Classe:** AÇÃO CIVIL PÚBLICA (65)

**AUTOR:** ABRAENERGIAS ASSOCIACAO BRASILEIRA DOS SINDICATOS E ASSOCIACOES REPRESENTANTES DAS INDUSTRIAS DE ENERGIAS

**REU:** AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETRICA - ANEEL, EMPRESA DE PESQUISA ENERGETICA, OPERADOR NACIONAL DO SISTEMA ELETRICO ONS, UNIÃO FEDERAL

**DECISÃO**

Após o indeferimento da liminar à ID nº 2255792041, a União Federal defendeu-se preliminarmente à ID nº 2256951021 e a ANEEL, à ID nº 2256935169.

A União Federal arguiu a ilegitimidade ativa da associação autora, classificando-a como uma entidade genérica e sem pertinência temática para a causa. No mérito, defendeu a regularidade do certame, afirmando que a revisão dos preços-teto decorreu de um "choque global de custos" e da necessidade de modernização de usinas existentes para garantir a segurança do sistema. Ressaltou ainda a necessidade de manutenção do sigilo sobre documentos técnicos para evitar assimetrias informacionais que prejudiquem certames futuros. Informou que todos os dados foram compartilhados com os órgãos de controle externo, como o Tribunal de Contas da União (TCU).

A ANEEL, por sua vez, corroborou a tese de regularidade administrativa e técnica dos atos praticados, pugnando pelo indeferimento da liminar.

Em seguida, a Associação juntou "réplica" (ainda não houve citação) à ID nº 2257062636 e um memorial à ID nº 2257064015. Defendeu sua legitimidade na defesa de direitos transindividuais e do consumidor industrial. Reforçou que a ANEEL não pode se omitir de sua responsabilidade fiscalizatória sob o argumento de ser "mera executora" de diretrizes do Ministério de Minas e Energia. Trouxe dados comparativos específicos, como o caso da UTE Linhares, que teria apresentado uma majoração de 2,2 vezes na Receita Fixa em relação a 2021, e o Caso Âmbar/Norte Fluminense, onde uma planta adquirida por R\$ 1,4 bilhão teria garantido receita projetada superior a R\$ 17 bilhões. Apontou, ainda, uma anomalia financeira: enquanto o custo de capital padrão (WACC) da ANEEL gira em torno de 8% a 12%, a Taxa Interna de Retorno (TIR) média deste leilão superaria 90%. Por fim, denunciou a exclusão arbitrária de tecnologias mais eficientes, como sistemas de armazenamento em baterias (BESS), e o descumprimento da reserva de mercado para PCHs prevista na Lei nº 15.269/2025. Reiterou o pedido de urgência face à iminente homologação do certame prevista para o dia 21/05/2026.

**Relatei.**

É caso de manter o indeferimento da liminar vazado à ID nº 2255792041, em face das razões trazidas pela União Federal à ID nº 2256951021 e pela ANEEL à ID nº 2256935169.

Antes de mais nada, todavia, veja-se que a União Federal lança preliminar de ilegitimidade ativa



da ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS SINDICATOS E ASSOCIAÇÕES REPRESENTANTES DAS INDÚSTRIAS DE ENERGIAS. Embora a Parte Requerente tenha tratado dessa matéria em sua “réplica”, o que atenderia ao princípio da não surpresa (arts. 9 e 10 do CPC), não há motivo para extinção, quer porque o Ministério Público Federal poderia dar seguimento à ação, quer porque o Parquet tampouco tratou dessa questão após o indeferimento inicial da tutela. Volto a ele, portanto.

A parte autora sustenta, em síntese, que os LRCAPs 2026 padecem de vícios regulatórios graves relacionados a quatro eixos principais: (i) excesso de potência contratada e desvirtuamento da finalidade do mecanismo de reserva de capacidade; (ii) irregularidades na formação e posterior revisão dos preços-teto; (iii) ausência de competitividade efetiva nos certames; e (iv) violação aos princípios da modicidade tarifária, da livre concorrência e da eficiência administrativa.

As manifestações apresentadas pela União Federal e pela ANEEL, contudo, trouxeram elementos fáticos e jurídicos que fragilizam, ao menos em sede de cognição sumária, cada um desses eixos argumentativos.

A definição do montante de reserva de capacidade a ser contratado está expressamente atribuída ao Ministério de Minas e Energia pelo art. 4º do Decreto nº 10.707/2021, com base em estudos da EPE e do ONS e nos critérios gerais de garantia de suprimento estabelecidos pelo CNPE. Trata-se, portanto, de competência legalmente delimitada, exercida mediante processo técnico multidisciplinar submetido a consulta pública — o que afasta, de plano, a alegação de voluntarismo ou de ausência de fundamento regulatório para a contratação realizada. A saber:

*Art. 4º Para a realização dos leilões de reserva de capacidade de que trata o art. 3º, o **Ministério de Minas e Energia definirá o montante total de reserva de capacidade a ser contratada**, com base em estudos da Empresa de Pesquisa Energética e do Operador Nacional do Sistema Elétrico, respeitados os critérios gerais de garantia de suprimento estabelecidos pelo Conselho Nacional de Política Energética.*

*Parágrafo único. Os estudos elaborados para subsidiar a metodologia de definição do montante total de reserva capacidade de que trata o caput serão submetidos a consulta pública realizada pelo Ministério de Minas e Energia.*

Mais relevante, contudo, é o dado fático trazido pela União Federal com base na Nota Informativa nº 22/2026/DPOG/SNTE: o montante efetivamente contratado nos LRCAPs 2026 ficou *aquém* da demanda sistêmica de potência apontada nos estudos da EPE e do ONS, em especial no que se refere ao curto prazo, correspondente aos anos de 2026 e 2027. Essa circunstância inverte a premissa central da petição inicial — a de que teria havido superdimensionamento da contratação — e enfraquece significativamente, em juízo sumário, a alegação de desvio de finalidade do instrumento regulatório. Da inicial:

*75. A Portaria MME nº 59/2020 complementou essa estrutura ao estabelecer limites máximos de 5% para ambas as métricas. Não obstante, os certames resultaram na contratação aproximada de 18,98 GW e 0,50 GW de potência, respectivamente, **quantitativo significativamente superior ao que, em tese, seria necessário para fins estritos de reserva de capacidade e atendimento complementar à segurança do SIN**. 76. Para Os LRCAPs de 2026, foi adotado critério de LOLP anual de 5% e CVaR de 5% da PNS mensal, limitada a 5% da demanda máxima instantânea. Trata-se de etapa metodológica central, na qual a sensibilidade às premissas utilizadas torna os resultados fortemente dependentes da modelagem adotada.*

...

*81. Em outras palavras, um mecanismo concebido para contratação de reserva de capacidade,*



*destinado a assegurar disponibilidade complementar em situações excepcionais de insuficiência do sistema, acabou resultando na contratação de montante de potência incompatível com a lógica acessória e eventual que caracteriza esse tipo de instrumento regulatório.*

Acrescenta-se que os estudos do planejamento setorial, incluindo o Plano Decenal de Expansão de Energia elaborado pela EPE e o Plano da Operação Energética do ONS, vêm reiteradamente apontando necessidade crescente de recursos capazes de prover potência firme, diante da expansão de fontes renováveis intermitentes na matriz elétrica brasileira e da consequente redução relativa da capacidade de regularização hídrica do SIN. Nesse contexto, a contratação realizada apresenta-se, ao menos em cognição sumária, como resposta a exigência técnica de segurança sistêmica, e não como opção regulatória casuística.

Indo além, vejo que a manifestação da União Federal esclarece, com apoio na mesma Nota Informativa nº 22/2026/DPOG/SNTE, que a revisão não decorreu de alteração metodológica na lógica de cálculo, mas de aprimoramento de premissas econômicas destinado a conferir maior aderência dos parâmetros à conjuntura de mercado, fundamentado em três causas documentadas: (i) choque global de custos de equipamentos, financiamento e custo de capital; (ii) necessidade de custeio de modernização e investimentos em usinas existentes, para mitigação de riscos operacionais e jurídicos futuros ao sistema; e (iii) refinamento técnico da estrutura de custos a partir de contribuições recebidas e validadas pela EPE — tudo segundo os fundamentos da NI nº 22/2026/DPOG/SNTE, incorporada à manifestação preliminar.

Registra-se, ainda, que as memórias de cálculo e os estudos técnicos que embasaram a revisão dos preços-teto foram integralmente compartilhados com o TCU — no âmbito da Representação TC 004.937/2026-0, citada pela Parte Requerente na inicial — e com o MPF, o que afasta, ao menos em cognição sumária, a alegação de opacidade ou de atuação administrativa imotivada.

Cabe sublinhar, a esse respeito, que um preço-teto artificialmente subdimensionado implicaria o risco de frustração do certame — o chamado "leilão vazio" —, com custo social potencialmente muito superior ao dos encargos ora questionados, pela necessidade de contratação emergencial de capacidade em condições de mercado desfavoráveis, conforme demonstrado adiante.

A parte autora sustenta que a segmentação dos produtos licitados teria fragmentado artificialmente a pressão competitiva, e que a concentração dos resultados em poucos grupos econômicos evidenciaria falha estrutural do certame. Da inicial:

*130. Conforme as premissas de Paul Milgrom<sup>6</sup>, um dos maiores nomes em desenho de leilões, a segmentação artificial de produtos (Gás/Carvão vs. Óleo/Biodiesel) e por ano de entrega — o que resultou em 15 produtos diferentes - fragmentou a pressão competitiva, impedindo a "descoberta de preço" e convertendo a licitação em uma simulação. O leilão não descobriu o valor eficiente, ele meramente ratificou o preço politicamente negociado três dias antes.*

A manifestação da União Federal esclarece que a habilitação técnica opera-se de forma individualizada por projeto, e que a competição se processa de maneira isonômica entre as propostas qualificadas, independentemente da composição societária dos controladores. A eventual participação de múltiplos empreendimentos de um mesmo grupo econômico não configura, por si só, restrição à competitividade, dado que a formação do preço está primariamente associada à relação entre oferta e demanda de cada produto leiloado. A segmentação por tecnologia, ano de entrega e características operativas, por sua vez, **reflete opção regulatória** do MME amparada no Decreto nº 10.707/2021, inserida no espaço de discricionariedade técnica do Poder Executivo.

Finalmente, veja-se que a matéria tratada nos autos insere-se em setor de elevada complexidade técnica, submetido à atuação especializada de órgãos dotados de expertise regulatória específica



— EPE, ONS, ANEEL e MME —, cujas decisões **gozam de presunção de legalidade e legitimidade**. O processo decisório que culminou nos LRCAPs 2026 envolveu estudos técnicos públicos, consultas públicas formalizadas e deliberações colegiadas, com participação de múltiplas instituições do sistema de governança do setor elétrico. Assim, seria temerário reverter seus resultados sem fundamento suficiente, e às vésperas do certame.

Ao contrário, nos termos do art. 373 do Código de Processo Civil de 2015, o "ônus da prova incumbe: I - ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito; e II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor". O presente caso talvez não dispense a produção de prova pericial que ampare as alegações da Associação, restando patente, por outro lado, o risco inverso no deferimento da liminar.

Ressalta-se, por fim, que o Tribunal de Contas da União, órgão dotado de expertise técnica específica para a análise da matéria, ao examinar a Representação nº TC 006.423/2026-4, reconheceu a plausibilidade de parte das alegações, mas **indeferiu a medida cautelar requerida**, consignando expressamente que o risco de demora não se encontrava configurado naquele momento. Embora as circunstâncias tenham se alterado com a aproximação da data de homologação, a avaliação técnica do TCU sobre a inexistência de risco imediato que justificasse a paralisação do certame deve ser levada em conta para fins de tutela judicial.

Ante o exposto, **mantenho o indeferimento do pedido de tutela de urgência**, sem prejuízo de reavaliação após regular instrução do feito.

Intimem-se. A Associação poderá tratar da preliminar de ilegitimidade ativa suscitada pela União Federal incidentalmente.

Após, cite-se para contestação e dê-se seguimento ao feito.

Brasília, .

*(assinado eletronicamente)*

**MANOEL PEDRO MARTINS DE CASTRO FILHO**

**Juiz Federal Substituto da 6ª Vara, SJ/DF**

